

02.08.2019

mesa 2

14h00 - 15h30

**Gênero, raça,
LGBTQ+ e
Classe Social
na Cidade.**

coordenação
Mércia Maria da Silva
e
Tainá de Paula

A Cidade a partir de uma construção coletiva partindo das relações de gênero, classe, LGBTQ+ e raça.

Gabriela Luiz Scapini¹, Gabrielle Araujo² e Vanessa Marx³

Introdução

Atualmente vivenciamos um período de transição que afeta o país e o mundo, parte considerável dessas mudanças são feitas sem a participação das forças democráticas da sociedade e estão afetando diretamente a vida nas cidades. Esse movimento de ruptura democrática, a partir do levante de forças conservadoras indica um cenário de grandes retrocessos para a agenda urbana do país, com aumento da segregação socioespacial, discriminações de gênero, raça, classe e sexualidade. Essas discriminações se interseccionam e formam distintas vivências no habitar as cidades ao determinar quem tem ou não acesso aos empregos, espaços, políticas e equipamentos públicos (CARNEIRO, 2019). Os temas urbanos e de planejamento vêm sendo incorporados de maneira transversal na ação das mulheres em defesa de seus direitos buscando romper com a neutralidade pretendida e superar o fato de que historicamente as cidades tem sido pouco amigáveis para as mulheres. (FALU, 2009).

Com a conjuntura atual, o quadro grave já existente, de restrição ao acesso ao espaço público, a serviços e infraestrutura urbana e políticas públicas que garantam não apenas a qualidade de vida, mas a própria existência social e física desses grupos, tende a se agravar muito. Já vemos o aumento da discriminação, violência e precarização dessas populações, com o número crescente de feminicídios, mortes por homofobia, transfobia e o genocídio da população negra e indígena. São também estas populações as principais vulneráveis no seu direito à terra, à moradia adequada, à mobilidade urbana com segurança e o acesso ao mercado de trabalho formal e justo.

¹ Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC)- UFRGS. Núcleo Porto Alegre-Br Cidades.

² Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC)-UFRGS. Núcleo Porto Alegre-Br Cidades.

³ Grupo de Pesquisa Sociologia Urbana e Internacionalização das Cidades (GPSUIC)-UFRGS. Núcleo Porto Alegre-Br Cidades.

As autoras agradecem a Paula Motta (IAB-RS) e a Maria do Carmo Bittencourt (Marcha Mundial das Mulheres) que contribuíram para o texto disparador e da oficina do Br Cidades sobre esta temática e os participantes da oficina realizada em maio de 2019, no IAB-RS, no GT Gênero, LGBTQ+, raça e classe.

Considerando que o Brasil já é um país urbanizado, com mais de 84% da sua população vivendo nesta configuração (CENSO, 2010), e que os diagnósticos políticos e acadêmicos apontam para a intensificação desse processo com o aumento do número de pessoas vivendo nas grandes e médias cidades, é urgente repensarmos como enfrentaremos essas questões. E, mais, precisamos avançar na compreensão de como a produção e o planejamento urbano contribuem para a segregação dessas populações e de que forma podemos interseccionar estas lutas. A inferioridade “naturalizada” das mulheres, dos/das negros/as e dos indígenas continua fazendo parte de estratégias centrais de dominação e expansão capitalista (MARX e CELIBERTI, 2018) em um contexto de colonialidade do poder (QUIJANO, 2002) onde existe um controle da subjetividade/intersubjetividade no modo de produzir conhecimento e cidade no contexto latino-americano e brasileiro.

Entendemos ser possível intervir nos rumos dessa história política a partir da construção de uma nova agenda urbana elaborada desde a perspectiva social que contemple as vivências raciais/étnicas, sexuais e de gênero. Nesse sentido, o Br Cidades núcleo Porto Alegre se propõe a ser uma plataforma local de articulação, produção e difusão de conhecimentos construídos junto com organizações e movimentos sociais, buscando compreender a realidade local através das informações e vivências desses grupos, assim fomentando a articulação das lutas na cidade.

Para isso seria importante através da escuta de vozes plurais que vivem nas nossas urbes compreender coletivamente como se materializa a desigualdade de classe, raça e gênero no Brasil e em Porto Alegre. Acreditamos que repensar o espaço urbano na interface de gênero, LGBTQ+, raça e classe é urgente e deve ser um exercício coletivo com participação de movimentos sociais urbanos, dos movimentos de mulheres, da população negra e indígena e dos coletivos LGBTQ+, técnicos e acadêmicos.

O processo para pensar as temáticas de gênero, LGBTQ+, raça e classe social no espaço urbano

Este trabalho foi construído a partir do texto disparador de ideias apresentado na oficina realizada no mês de maio de 2019 no IAB-RS. A oficina partiu do questionamento que poderia ser estruturador para pensar uma cidade diversa : “Partindo da sua experiência individual, e/ou da sua participação com grupos e organizações sociais engajadas com as temáticas de gênero, LGBTQ+, raça e classe, qual a principal problemática que você identifica relacionada a esses grupos no espaço urbano de Porto Alegre?”

Participaram desta atividade coletivos e movimentos sociais, pesquisadores e técnicos engajados com estas temáticas, os quais, em conjunto, refletiram sobre o pensar a cidade a partir de uma perspectiva amplamente democrática e inclusiva. Dessa maneira, partimos da cidade e a relacionamos com as temáticas de gênero, LGBTQ+, raça e classe social de forma interseccional para evitar a fragmentação dessas lutas urbanas.

A partir do diálogo na oficina identificamos algumas das problemáticas relacionadas a gênero, LGBTQ+, raça e classe social no espaço urbano. O consenso em cada lugar de fala é de que a violência é um traço marcante das vivências cotidianas destes grupos, materializada nas exclusões sociais. Essas se manifestam em dimensões variadas - física, moral, social, material, cultural e simbólica - e implicam em bloqueios importantes no acesso dos espaços das cidades, resultando no aumento da segregação socioespacial urbana. Citamos aqui elementos identificados como parte da expressão dos tipos de violência. Contudo, ressaltamos que as violências se manifestam de forma interdependentes no cotidiano da cidade.

Em nível material e/ou físico a violência se expressa, por exemplo, nas agressões contra as mulheres, as quais, já no início de 2019 já registravam cerca de 130 casos (OBSERVASINOS, 2019), na região metropolitana de Porto Alegre. Ainda, os crimes de ódio contra a população LGBTQ+, o genocídio da população negra, a falta de moradia adequada para as classes mais pobres. As violências em nível simbólico e moral também afetam fortemente estes grupos, conduzindo à experiências distintas do usufruto do espaço da cidade. Estas determinam em grande medida quem pode acessar determinados espaços. Tais discriminações relacionadas à gênero, raça/etnia, sexualidade, em seu conjunto, implicam na restrição do uso dos espaços da cidade, sejam eles públicos ou privados. Um dos pontos que emergiu nas falas foi a questão do assédio sofrido pelas mulheres, principalmente ao caminhar/ocupar as ruas e no uso dos transportes públicos e privados. Essa vivência compartilhada pelas mulheres impõe limitações em transitar nos espaços urbanos. Em 2019, o

Instituto Locomotiva e o Instituto Patrícia Galvão realizaram um levantamento que estima que mais de 97% das mulheres relatam ter sofrido assédio no transporte público e privado no Brasil. Estes grupos também são afetados por violências sociais e culturais que resultam na invisibilidade de formas singulares de pensar e viver a e na cidade. A cidade historicamente é feita e refeita, num movimento hegemônico, do patriarcado, que rejeita, criminaliza e marginaliza as formas de ser e de se manifestar relacionadas à gênero, raça/etnia, sexualidade. Considerando que, em seu conjunto, esses grupos correspondem a maior parte da população brasileira, o usufruto do espaço urbano - com qualidade/dignidade - é restrita a um número muito pequeno de pessoas. Essa situação gera um sentimento de não pertencimento a determinados espaços, processos e dinâmicas da cidade.

Nas falas foi central também o tema do acesso à moradia adequada, principalmente nas áreas centrais da cidade. Problemática que afeta diretamente a questão de quem e como participa da cidade. Em Porto Alegre, o preço elevado dos imóveis na região central restringe o acesso à moradia adequada para a maior parte da população. Como consequência, a desigualdade social é ampliada para diferentes grupos sociais: observa-se o aumento contínuo e expressivo da população em situação de rua na cidade de Porto Alegre, onde mais de 64% dessa população se autodeclara negra ou indígena (PIMENTA, 2019). A vivência das mulheres em situação de rua nas cidades também traz problemáticas fundamentais para (re)pensar as relações no espaço urbano - o escasso acesso aos recursos básicos de higiene e a maior exposição ao assédio e situações de violência sexual. Além dessa problemática, grupos ancestrais possuem dificuldade para permanecer no território, esses lutam pelo direito à moradia e reconhecimento de sua existência na cidade, tais como o Quilombo Silva ou a Aldeia indígena Guarani localizada na Lomba do Pinheiro, a qual abriga mais de 16 famílias.

O acesso restrito e desigual à moradia também implica que diversas mulheres em situação de violência doméstica enfrentam mais dificuldades. Assim, os movimentos sociais urbanos têm construído espaços de acolhimento para esse grupo, como o Movimento de Mulheres Olga Benário - RS que desde 2016 ocupa um prédio abandonado no centro da cidade e fazem dele a Casa de Referência Mulheres Mirabal, a qual abriga mulheres em situação de violência doméstica e suas crianças. Ali são desenvolvidas atividades culturais e educacionais, destinadas a debater temas relevantes para a sociedade civil e fortalecem as redes entre as mulheres que habitam a cidade - a união de diferentes mulheres transformou o espaço urbano. A partir do caso-exemplo da Casa Mirabal, percebemos como são escassos os equipamentos urbanos que atendem a população, por exemplo, há apenas um centro de referência destinado ao atendimento de mulheres em situação de violência para toda região, assim como poucas

creches públicas, penalizando às mulheres na hora de acessar empregos, já que parte considerável delas é responsabilizada socialmente pelo cuidado de seus filhos. Essas múltiplas dimensões de desigualdades que afetam os grupos ora citados demonstram a importância de construção de espaços educacionais coletivos de combate às discriminações de gênero, raça, classe, sexualidade também demonstram a importância de construir espaços que os atendam adequadamente, principalmente na área da saúde.

Através do diálogo foram pensadas estratégias de como agir frente aos problemas apresentados. As discussões partiram de um entendimento comum sobre a dificuldade imposta pela atual conjuntura política nacional e local para pensarmos em ações voltadas unicamente nas políticas públicas e através do Estado. O retrocesso em relação aos direitos sociais e também no desmanche de estruturas institucionais democráticas, de reivindicação e controle social tem sido vividos nos últimos dois anos no Brasil. Portanto, compartilhamos a perspectiva de que seria urgente desenharmos alternativas autônomas, na construção de redes de apoio e solidariedade local que não dependam do poder público.

Contudo, consideramos, ser necessário agir na direção das políticas públicas e na articulação com as instituições brasileiras. Neste sentido, emergiu a proposição de mapearmos atores políticos-institucionais importantes no espaço da cidade, principalmente do legislativo e do judiciário, com afinidades à nossa luta pelo direito à cidade para todas e todos. E, deste modo, construir janelas de oportunidades em meio a conjuntura sociopolítica brasileira, que nos possibilitem avançar na materialização das ações que ensejamos para as nossas cidades.

Outra dimensão importante para a nossa ação é a disputa pela narrativa entre o público e o privado. Entendemos que este conflito é central no debate sobre as cidades, o qual tem se manifestado num ataque generalizado a tudo o que é público. Há, portanto, a prevalência de uma narrativa que privilegia as ações individuais e privadas no espaço urbano. Em Porto Alegre, como exemplo da conjuntura recente, foi citada a disputa em torno do cercamento dos parques públicos, e a concessão dos principais espaços de lazer à iniciativa privada (SUL 21, 2019). A privatização e mercantilização das cidades afeta diretamente o debate relacionado à gênero, LBGTQ+, raça e classe social, pois aumenta as barreiras materiais e simbólicas a estas coletividades, limitando ainda mais as vivências democráticas no espaço urbano. A disputa da apropriação privada do espaço da cidade é uma disputa coletiva, marcada nos corpos que juntos manifestam-se ocupando as ruas e praças, demandando o espaço público (BUTLER, 2018). Consideramos, assim, que o debate sobre o espaço urbano deve dirigir esforços na retomada da valorização do público, o qual se constrói como espaço de pertencimento e inclusão da diversidade das experiências sociais que existem no espaço das cidades brasileiras.

Um elemento central também no pensar sobre as nossas ações é a necessidade de avançar no trabalho de articulação entre centro e periferia construindo redes de colaboração e proteção. Se queremos construir cidades mais democráticas, precisamos desenvolver ações mais horizontais e coordenadas, consolidando redes com as comunidades que vivem nas vilas e favelas das cidades brasileiras. As falas destacaram a dificuldade na realização efetiva do diálogo proposto pelo eixo com a realidade das periferias brasileiras. Nesta direção, surgiu o fato de que, em grande medida, o recorte, por exemplo, da violência contra as mulheres, não aparece como pauta comunitária. As lutas se vinculam centralmente nas necessidades mais básicas do dia-a-dia - moradia, alimentação, saneamento, etc. Fato que é resultado de uma violência estrutural vivenciadas pelas comunidades pobres no Brasil. Contudo, a agressão física e psicológica, principalmente no espaço doméstico, é uma realidade destas mulheres. Precisamos, assim, pensar e agir em conjunto com essas comunidades, trabalhando as redes entre o centro e os bairros comunitários.

Por fim, se reconhece o desafio de conectar as problemáticas relacionadas à gênero, LGBTQ+, raça e classe social com discussões mais amplas que envolvem a democracia, o espaço urbano e o direito à cidade no país. Há uma invisibilização desta agenda - falta de informações públicas sólidas, desconhecimento generalizado das legislações existentes. É preciso avançar num trabalho educativo e de construção de uma cultura política permeável a este debate. Um caminho possível é o desenvolvimento de ações de sensibilização pública, com intervenções criativas e lúdicas nos espaços públicos, como ocorre na Serenata Iluminada, um evento público e coletivo de ocupação dos parques da cidade de Porto Alegre à noite, ressignificando a apropriação destes espaços. O direito à cidade e a sua conexão orgânica com gênero, LGBTQ+, raça e classe social a criação de cartilhas é central nesta sensibilização, campanhas e aulas públicas sobre desigualdades de gênero/LGBTQ, raça/etnia e sociais no espaço urbano. Seria importante estarmos atentos aqui para não reproduzirmos nas nossas ações a invisibilização e exclusão de grupos sociais, em especial os moradores em situação de rua e ter em mente que o caminho seria o de trilhar em direção às periferias urbanas.

Considerações finais

O presente texto busca articular o debate sobre cidades e gênero, classe, LGBTQ+ e raça com outros núcleos da rede nacional do BR Cidades. Ele parte do contexto urbano de Porto Alegre e tenta problematizar estas temáticas em relação as cidades buscando apontar caminhos e alternativas possíveis.

Em primeiro lugar consideramos necessário mapear os coletivos que trabalham com as temáticas relacionadas à questão urbana na cidade de Porto Alegre. Em segundo lugar consideramos importante criar redes de comunicação para o fortalecimento das pautas, bem como o levantamento de dados sobre violência que atinge esses grupos sociais. Assim, seria possível construir intervenções públicas em conjunto com os movimentos sociais urbanos. Em terceiro lugar criar campanhas nacionais e locais articulando as agendas urbanas com as urgências pautadas nas agendas dos movimentos e agentes sociais que trabalham com estas problemáticas. Seria importante ressaltar que existem diferenças e singularidades entre essas coletividades que precisam ser abordadas e discutidas seriamente. Considerando que dentro desses grupos existem relações de poder, nas quais implicam em possibilidades distintas de ser e existir nas cidades. A interseccionalidade de opressões se reflete nas vivências, acentuando as violências e exclusões, como por exemplo ser mulher, negra, periférica, lésbica, assim, torna-se importante considerá-la nas discussões sobre o habitar e viver nas cidades.

Este texto pretende ser o começo de um longo caminho de reflexão para a construção de uma agenda urbana nacional que seja, de fato, inclusiva e contemple estes agentes que muitas vezes vêm sendo excluídos do planejamento e da forma de pensar as cidades no Brasil.

Referências Bibliográficas:

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 97% das mulheres dizem já ter sido vítima de assédio no transporte público e privado no Brasil, diz pesquisa, disponível em: <https://agenciapatriciagalvao.org.br/destaques/97-das-mulheres-dizem-ja-ter-sido-vitima-de-assedio-no-transporte-publico-e-privado-no-brasil-diz-pesquisa/>, acessado em 21.06.2019.

BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa de Assembleia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento: contribuições do feminismo negro**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque, Pensamento feminista brasileiro formação e contexto, p. 271-292, 2019.

CENSO, disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=8>, acessado em 21.06.2019.

FALU, Ana. **Mujeres en la Ciudad: de violencias y derechos**. Red Mujer y Habitat de América Latina. Santiago de Chile: Ediciones Sur, 2009.

MARX, Vanessa e CELIBERTI, Lilian. “Diálogo de Mulheres de Fronteira no Contexto da Universidade Popular dos Movimentos Sociais: novas metodologias e agendas”. *Illuminuras*, Porto Alegre, v. 18, n. 43, p. 119-133, jan/jul, 2017.

MULHERES MIRABAL, Casa de Referência Mulheres Mirabal, disponível em: <https://www.facebook.com/MulheresMirabal/> acessado em 21.06.2019.

OBSERVASINOS, “130 mulheres sofreram violência diariamente na região metropolitana de Porto Alegre em 2018”, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/observasinos/metropole/protecao-social/130-mulheres-sofreram-violencia-diariamente-na-regiao-metropolitana-de-porto-alegre-em-2018>, acessado em: 21.06.2019.

QUIJANO, Aníbal. “Colonialidade, poder, globalização e democracia”. *Novos Rumos*, v.17, n. 37, pp. 4-28, 2002.

SUL 21, “Entenda o que muda com a aprovação da concessão de parques e praças de Porto Alegre”, disponível em <https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2019/04/entenda-o-que-muda-com-a-aprovacao-da-concessao-de-parques-e-pracas-de-porto-alegre/>, acessado em 22.06.2019.